

Câmara cobra ações contra assaltos na N. Sra. do Carmo e na Raja

Assunto:

AUDIÊNCIA PÚBLICA



Comissão debateu assaltos nas avenidas N. Sra. do Carmo e Raja

Aumento no número de assaltos nas imediações das avenidas Nossa Senhora do Carmo e Raja Gabáglia (região Centro-Sul de Belo Horizonte) foi o tema da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nesta quinta-feira (14/8). Estiveram presentes representantes da Polícia Civil, Guarda Municipal, Prefeitura, comércio varejista de alimentos e moradores. Dentre os vários problemas relacionados ao tema, foram citados questões sociais, mudanças na legislação (para que criminosos não voltem às ruas), falta de investimento em segurança pública, demora no atendimento policial e descrédito da sociedade com as instituições públicas. A ausência de representantes da Polícia Militar foi lamentada pelo colegiado.

Os dois representantes da Polícia Civil presentes na reunião são responsáveis pelo policiamento na Avenida Nossa Senhora do Carmo. O delegado Henrique Canêdo de Castro explicou que a área em questão vem sofrendo com o aumento da criminalidade também em razão da proximidade com o Morro do Papagaio, para onde, segundo ele, os criminosos costumam evadir. O delegado afirmou que a Polícia Civil tem priorizado a área e dirigido seus trabalhos para identificar delinquentes contumazes, suspeitos e receptadores de produtos subtraídos (roubados ou furtados), mantendo uma lista atualizada, o que possibilita maior identificação dos agressores pelas vítimas. ?Conseguimos prender a maioria dos identificados, mas a justiça entendeu não ser o caso de prisão para alguns deles?, alegou.

Outro representante da Polícia Civil, o delegado Leandro Alves Santos, acrescentou que desde o final do ano passado, a Avenida Nossa Senhora do Carmo foi identificada como ?zona quente? (de alta incidência de criminalidade), e há um trabalho conjunto, inclusive com reuniões periódicas, entre as polícias Civil e Militar, para estudar a área e coibir o crime. ?Acho que desde o começo do ano vem ocorrendo uma diminuição no número de crimes?. Alves e Canêdo ressaltaram a importância da instalação de mais câmeras do Programa Olho Vivo e de melhoria na resolução das imagens para

ajudar a identificar infratores.

“Em poucos meses a Guarda Municipal estará auxiliando no policiamento?”, afirmou o gerente de Suporte Regional da Guarda Municipal, Nacip Coelho de Sousa, referindo-se à Lei federal 13.022/2014, que permite o armamento da corporação. Ele explicou que o efetivo tem até dois anos para se adaptar à Lei, e atualmente o foco do trabalho está no patrulhamento do trânsito e segurança patrimonial.

A representante da BHTrans, Maria Odila de Matos, esclareceu que o policiamento não é função da empresa, apesar de seus agentes serem abordados por cidadãos para esse fim. Ela apontou como medida de apoio a sinalização semafórica em flash (piscante) em alguns horários, para evitar que o motorista cometa infração ou sofra assalto.

Já o gerente regional de Licenciamento e Fiscalização Integrada da PBH, Cláudio Antônio Mendes, destacou, assim como outros representantes, a importância de fazer registros de ocorrências, e que a solução do problema passa pela resolução de questões sociais, afirmando que a Prefeitura tem vários projetos com esse objetivo. Também disse que na região Centro-Sul a PBH opera em várias frentes, inclusive na fiscalização de comércio não licenciado ? que, segundo ele, seria fonte de crime-, e na atuação junto à população em situação de rua, dentre outras ações.

Pesquisa

Segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios (Sincovaga-BH), Gilson de Deus Lopes, a entidade promove anualmente uma “pesquisa de vitimização de supermercados” e a última, realizada em julho deste ano, constatou que 88% dos entrevistados acreditam que o problema da criminalidade aumentou. Entretanto, ele ponderou que a Polícia Militar está sempre pronta a atendê-los, mas o aumento no policiamento faz com que o índice de crimes caia apenas nos primeiros 30 a 60 dias de ação. Ele citou como problemas a mudança na forma de operação dos bandidos e a proximidade dos aglomerados.

Como encaminhamento, a comissão sugeriu a criação de uma Frente Parlamentar de Segurança Pública e um pedido de sugestões à Polícia Militar para minimizar a violência.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Quinta-Feira, 14 Agosto, 2014 - 00:00
